

PIBID: DA SUA IMPLEMENTAÇÃO À LUTA PELA PERMANÊNCIA

Ana Paula de Jesus da Silva

Bárbara Rocha Souza

Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped-UEJ)

E-mails: anapauladejesusdasilva@gmail.com

barbara_werpel@hotmail.com

Resumo:

O presente estudo tem o objetivo de apresentar o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e as alterações por ele sofridas ao longo de sua execução. Assim, abordaremos neste artigo a proposta trazida pelo Programa, sua forma de implementação bem como as suas especificidades segundo as portarias da Capes nos anos de 2013, 2016 e 2018. Sendo essa uma iniciativa do Ministério da Educação, tal ação que tem como finalidade incentivar a articulação entre ensino Básico e Superior de forma a promover uma formação inicial e continuada comprometida, engajada e qualitativa, embasadas em constante reflexão curricular e teórico-prática, sofreu, com as mudanças de governo, consideráveis cortes no financiamento de bolsas. Partindo desse apontamento, trataremos nessa obra das disputas políticas que concorrem e definem essas novas configurações dos projetos educacionais e seus impactos na criação e transformação dos currículos, apoiando-nos em documentos legais e nos conceitos de Ernesto Laclau, Stephen Ball e Alice Lopes. Nossa inquietação para o desenvolvimento dessa investigação partiu das discussões durante as reuniões com o grupo de pesquisa sobre Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura, do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped-UERJ).

Palavras Chave: PIBID. Formação Docente. Política. Currículo.

PIBID: FROM ITS IMPLEMENTATION TO THE FIGHT FOR SURVIVAL

Abstract:

The present study aims to present the Scholarship Program Initiation to Teaching - PIBID and the changes it has undergone throughout its execution. Thus, we will approach in this article the proposal brought by the Program, its implementation form as well as its specificities according to Capes' directives in 2013, 2016 and 2018. This being an initiative of the Ministry of Education, this action that aims to encourage the articulation between Basic and Higher education in order to promote an initial and continued commitment, engaged and qualitative, based on constant curricular reflection and theoretical and practical, suffered, with the changes of government, considerable cuts in the financing of scholarships. Starting from this point of view, we will deal in this work with the political disputes that compete and define these new configurations of educational projects and their impacts on the creation and transformation of curriculum, relying on legal documents and the concepts of Ernesto Laclau, Stephen Ball and Alice Lopes. Our concern for the development of this investigation was based on discussions during the meetings with the Research Group on Curriculum: subjects, knowledge and culture of the Graduate Program in Education of the State University of Rio de Janeiro (Proped-UERJ).

Keywords: PIBID, Teacher Training, Policy, Curriculum.

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

Introdução:

No momento em que este trabalho foi desenvolvido o Brasil vivencia um cenário de intensa produção de políticas curriculares. Os discursos em defesa das reformas curriculares afirmam que a educação deve ser encarada como uma importante ferramenta para a retirada do indivíduo da condição de marginalidade e para a sua inserção, de forma eficiente e autônoma, no mundo em que vive, de forma a atender as exigências das sociedades contemporâneas globalizadas.

Nesta perspectiva, o investimento e incentivo na formação humana devem ser realizados desde os anos iniciais de escolarização estendendo-se até a formação continuada. Para que isso seja possível, é de suma importância a criação de artefatos que possibilitem o ingresso e permanência dos indivíduos, ao longo da vida, nas instituições de ensino.

Ora, dentro desse quadro, as reformas que dizem respeito à formação de professores ganham centralidade e os discursos em sua defesa, em sua maioria, atribuem aos professores o sucesso das transformações pretendidas através das políticas curriculares.

Debruçamo-nos, então, nessa pesquisa, a investigar uma destas políticas públicas para formação docente criada pelo Ministério da Educação, alvo das recentes reformas e desenvolvida ainda na formação inicial dos cursos de licenciatura: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), suas propostas de intervenção articuladas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), suas alterações ao longo dos anos.

Para realizar esta análise utilizamos como pressuposto a abordagem do ciclo de políticas, argumentado por Stephen Ball e Richard Bowe, sobretudo, o contexto de influências, o qual é descrito pelos autores como o contexto em que as políticas são criadas e grupos de interesses disputam para influenciar os textos políticos. (MAINARDES, 2006).

Também nos apoiamos na perspectiva de Ernesto Laclau, que concebe a política como exercício de decisão contingente, um ato de poder que emerge da negociação, onde a hegemonia provisória, contextual e precária alcançada através da produção de políticas deve ser encarada com um processo de articulação de discursos. (LACLAU, 1990).

Além disso, dialogamos com os estudos de Alice Casimiro Lopes a respeito das políticas curriculares onde, com base na teoria do discurso, defende que as mesmas são sempre marcadas por negociações, disputas de sentidos e significações que se estabelecem por referência a outros significados, tentativas de fixação na luta entre representações provisórias, precárias e

passíveis de serem traduzidas contingencialmente. (LOPES, 2012)

PIBID: propostas e definições do programa

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), é uma política pública desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC) que proporciona aos estudantes de licenciaturas das Instituições de Ensino Superior (IES), ainda na primeira metade do curso, a aproximação com a prática docente no cotidiano das salas de aula das escolas públicas de educação básica.

O programa que tem como base legal as Leis nº 9.394/1996 e a nº 12.796/2013 é administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que promove programas de formação inicial e continuada e busca, por meio dessa iniciativa, estimular a valorização do magistério e elevar a qualidade da formação desse futuro profissional.

O trabalho, segundo a CAPES, é desenvolvido em escolas que tenham obtido Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da média nacional e também naquelas que se destacam por aprendizagens bem sucedidas, a fim de proporcionar ao acadêmico experiências e vivências diversificadas de forma a contribuir para uma prática rica e transformadora.

O projeto Institucional, definido pela área de conhecimento do curso de licenciatura, poderá possuir um ou mais subprojetos desde que respeite a faixa mínima e máxima de estudantes envolvidos e defina o foco de ensino na Educação Básica no qual estará vinculado: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Fazem parte do quadro do programa: o coordenador institucional (docente com título de doutor, efetivo no quadro da IES, com no mínimo 3 anos de experiência no ensino superior em curso de licenciatura e em exercício); os coordenadores de área (docente com título de mestre, com formação na área do subprojeto, efetivo no quadro da IES, com no mínimo 3 anos de experiência no ensino superior em curso de licenciatura, em exercício ministrando curso de licenciatura); os supervisores (licenciado na mesma disciplina do discente que irá acompanhar, ser aprovado em processo seletivo, possuir no mínimo 2 anos de experiência no magistério na educação básica, ser professor na escola participante e ter disponibilidade de tempo para a realização das atividades previstas para a

atuação no projeto); e bolsistas de iniciação à docência (estar regularmente matriculado na primeira metade do curso de licenciatura da IES, ser aprovado em processo seletivo e ter disponibilidade das 32 horas mensais para a dedicação ao programa) (CAPES, 2018).

Criado em 12 de dezembro de 2007, o programa só foi implementado em 2009 através da Portaria nº 122/2009. Pontuamos aqui as mais expressivas mudanças no curso de sua execução: o PIBID que até então era uma parceria entre as universidades públicas e escolas do mesmo segmento, passa, em 2013, através da Portaria nº 61 de 02 de agosto, a aderir projetos das Instituições de Ensino Superior- IES, com e sem fim lucrativos (desde que essas possuíssem estudantes de cursos de licenciaturas matriculados no Prouni); em 2016, através da Portaria nº 46 de 11 de abril de 2016, passa a vincular o projeto institucional a programas educacionais como o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – Pnaic, , Programa Mais Educação - PME, Programa Ensino Médio Inovador- Proemi e Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio- PNEM; em 2018, através da Portaria nº 158/2017, passou a determinar que os discentes participantes dos Programas estivessem cursando a primeira metade do curso superior, exigência essa não colocada até o presente edital, feita a fim de conceber espaço para um novo programa, o Residência Pedagógica, Edital Capes nº 06/2018, que visa selecionar Instituições de Ensino Superior- IES, para o desenvolvimento de projetos articulados às redes públicas da educação básica com estudantes de cursos de licenciaturas que estejam na metade da graduação.

As propostas pedagógicas dos programas supracitados, segundo os Editais Capes nº 06/2018 e 07/2018, estão articuladas às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, servindo de um referencial curricular para a educação básica, passa, a partir de agora, a direcionar a formação superior docente das instituições públicas e privadas.

A vinculação dessas políticas públicas a esse documento tem gerado inúmeras discussões e repúdio. Isso por que a criação de uma Base Comum a nível nacional é visto por uma significativa parcela da sociedade, dentre eles professores, pesquisadores, entidades acadêmicas e científicas, como uma forma de controle do trabalho docente, um reducionismo da sua atuação através do engessamento dos conteúdos disciplinares, como uma forma de hierarquização de conhecimentos impossibilitando uma visão pluralista de mundo, como um trabalho mecanicista medido através de avaliações de larga escala e como um projeto utópico de salvação da educação.

Um dos propósitos da criação desses programas, de acordo com seus idealizadores, seria intensificar o contato entre estudantes das

licenciaturas com seu lócus de atuação, a sala de aula. Contudo esse que, durante a formação do profissional docente, seria insatisfatório, pois as universidades dão maior foco a teoria em detrimento à prática. Sendo assim, a participação desses futuros profissionais da educação nesses programas os orientaria na aplicação prática da BNCC, facilitando sua práxis, os ensinando a atuar de forma coerente e significativa.

Dessa forma, observamos na próxima seção como esse cenário político conflituoso tem se formado e se reafirmado através da implementação de propostas e programas e como elas têm sido realizadas no âmbito educacional.

Discussão:

A formação inicial de professores deve ter como premissa desenvolver no seu estudante as capacidades de reflexão, de autonomia, de percepção e criticidade.

Para que elas se efetivem é necessário que as instituições de ensino abandonem as práticas conservadoras e tradicionalistas arraigadas a um ensino meramente transmissivo e teórico e dê espaço para aprendizagens que visem a promoção da emancipação do futuro profissional da educação frente às situações reais que acontecem no chão da escola, na qual ele se deparará ao longo da sua prática docente.

Dessa forma, torna-se fundamental refletir em que medida o PIBID contribui para formar esses futuros profissionais na educação e reduzir o hiato entre universidade e escola.

No artigo “PIBID como Formação de Professores: reflexões e considerações preliminares”, escrito por Daniel Soczek e publicado em 2011, na Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente, o autor, pontua a importância de estudos que investiguem os impactos na formação docente através da implementação do Programa e apresenta uma reflexão explorando os limites e possibilidades do projeto considerando os agentes e instituições envolvidas.

Segundo Soczek, a escola, compreendida pelo estudante, muitas vezes, como um espaço de construção do conhecimento acaba sofrendo delicadas reduções nas metodologias apoiando-se com frequência no uso do livro didático, à resolução exaustiva de listas de exercícios sem finalidades claras ou específicas, a uma fragmentação disciplinar onde as relações e conexões são importantes e, ainda, a um distanciamento considerável entre a teoria e a prática.

Para o estudioso, é necessário realizar, enquanto professores, uma análise que estabeleça

“paralelos e pontes entre a Escola que temos e uma Escola que queremos ter”, na tentativa de reduzir o distanciamento entre elas.

Partindo desse princípio, Daniel, afirma que tais mudanças devem partir da formação inicial dos professores que atuarão nesses espaços educativos. E, nessa dinâmica de compreensão do espaço escolar, é imprescindível enfatizar a centralidade do estudante na pesquisa, no processo educativo, na aquisição de conhecimento, tarefas essas que só poderão ser realizadas qualitativamente com profissionais bem preparados e seguros de sua práxis docente. Dessa forma, nos é colocado pelo autor, que o professor “está incumbido de continuamente exercitar sua condição de pesquisador e produtor do saber não só de seus conteúdos disciplinares específicos, mas também de suas práticas educativas” (p. 60).

Assim, pensar o PIBID é pensar em um conjunto de práticas que estão para além dos conhecimentos curriculares. O autor coloca ao longo do texto que o Programa possibilita um contato mais efetivo com o estudante além da carga horária destinada ao estágio obrigatório, permite o diálogo entre escola e a academia, leva a pensar nas defasagens, nas possíveis melhorias e procura reduzir as lacunas de formação que causam insegurança na atuação desse futuro mestre, a escola passa a ser vista como campo de produção e construção do conhecimento, a aproximação entre as universidades e escolas possibilita um enriquecimento das licenciaturas através da revisão curricular das ementas, das metodologias, das práticas, das tecnologias educacionais e a participação dos supervisores incentiva o processo de formação continuada.

Apesar de mostrar um posicionamento muito positivo sobre o PIBID, Daniel, pontua em sua obra os limites inerentes ao Programa, superando a visão ufanista desse projeto a partir de quatro grandes grupos: o primeiro deles, trata-se da questão do papel do bolsista ser confundido, em algumas vezes, com o papel do estagiário, sendo utilizado como “recurso humano” para suprir a ausência de professores; um segundo grupo de limites, segundo o autor, trata-se da necessidade de incorporar essas atividades na carga horária de professores dos IES e das escolas, institucionalizando definitivamente o Programa, garantindo a sua continuidade que, por se tratar de um projeto político, pode a qualquer momento ser extinto; outro grupo levantado refere-se ao projeto em si, dando um caráter quase amador, uma vez que não prevê diretrizes a serem desenvolvidas, impossibilitando estabelecer procedimentos avaliativos quanto aos resultados e abrangências do PIBID na formação de professores, nas escolas, nos IES; e por último, nos é trazido a falta de diálogo e troca de experiência entre os

projetos dentro das escolas, dando certa “invisibilidade” ao Programa.

Por outro lado, é necessário ressaltar que o texto político é, ele mesmo, uma prática discursiva, a qual produz sentidos e constrói a realidade, bem como projeta identidades (LOPES, 2011). Neste sentido, pontuamos a noção de formação inicial docente cuja ênfase recai sobre a prática, recuperando a ideia de que o professor deve ser mero executor das políticas e projetos desenvolvidos pelos especialistas. Tal enunciação apenas evidencia mais uma tentativa de controle da ação docente e a reduz.

Além disso, observa-se a atuação do Movimento Pela Base Nacional Comum, que conta com a participação de organizações da sociedade civil (Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, etc.) e profissionais da educação, no contexto de influências, conforme definido por Ball e Bowe (2006), articulando-se no sentido de propor um currículo nacional e políticas de formação de professores.

Tal movimento defende uma noção de currículo enquanto objeto salvacionista e confere ao professor exigências de competências e habilidades para garantia do atendimento dos objetivos de aprendizagem. A definição de um currículo nacional é resultado de uma operação de poder, a qual, exclui outras formas de significação. A eleição de um conjunto de conteúdos que se pretendam universais, saberes considerados válidos e legítimos em relação a outros, cujo registro assume o poder de conhecimento essencial a ser ensinado e aprendido, resulta da eliminação das singularidades e de outras possibilidades de leitura de mundo. (LOPES, 2015; MACEDO, 2014)

De acordo com Lopes (2015) e Macedo (2014), a interferência privada nos setores públicos educacionais aponta para a diminuição das fronteiras entre ambos e evidencia a disputa destes grupos por hegemonia neste campo. A ênfase recai sobre a produção de uma base curricular unificada que serve aos propósitos de padronização do ensino, controle e responsabilização docente e atende aos anseios do mercado. (LOPES, 2015; MACEDO, 2014).

Neste aspecto cabe ainda destacar a ampliação da participação das instituições de ensino superior privadas, a saber, as IES com fins lucrativos e que possuem bolsistas do PROUNI. A mesmas poderão disputar o atual edital do PIBID com as IES públicas e lançar mão sobre os limitados recursos públicos disponibilizados pelo programa.

Apontamos, por fim, que as alterações realizadas no programa receberam duras críticas de profissionais e pesquisadores da educação e associações. Entidades como ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa

em Educação), ANFOPE (Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação), entre outros, publicaram uma carta manifesto, onde denunciavam, entre outras coisas, a tentativa do MEC de ferir a autonomia pedagógica das IES, ao utilizar o PIBID e o Programa Residência Pedagógica e suas associações à BNCC como estratégia para reformular os currículos das licenciaturas, tornando-a eixo norteador dos cursos. O documento destaca ainda que tais programas são acompanhados por uma perspectiva reducionista e esvaziados de sentido quanto à função social e cidadã da educação ao propor que a ênfase do processo formativo deve recair sobre a prática. (ANPED, 2018)

Considerações Finais:

A formação docente tem sido marcada pela descontinuidade de políticas, pela dissociação da formação de outras dimensões do trabalho do professor (condições de trabalho, salário, plano de carreira, etc.), pela interpenetração entre as esferas públicas e privadas e pelo aligeiramento da formação inicial, a qual tem se centrado na melhoria dos indicadores educacionais em detrimento da qualidade da formação e das condições de trabalho. (DOURADO, 2001)

Ao longo deste trabalho realizamos uma breve análise das características apontadas nos documentos que regulamentam uma destas políticas desenvolvida ainda na formação inicial dos cursos de licenciatura, a saber, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Considerando o exposto, devemos inicialmente reconhecer a importância do PIBID enquanto política de formação docente nos últimos anos, principalmente pelas articulações estabelecidas entre as universidades e as escolas de educação básica, as quais são evidenciadas nas inúmeras publicações em anais de eventos acadêmicos e revistas de mesma natureza.

No entanto, conforme abordado ao longo deste trabalho, o edital CAPES n.7/2018 que reorienta o desenvolvimento do PIBID propõe mudanças significativas nas formas de adesão e condução do Programa a partir de então.

A primeira delas diz respeito a inclusão das instituições de Ensino Superior com fins lucrativos que possuem bolsistas do PROUNI na disputa pelos recursos públicos disponibilizados para as IES públicas, o qual também exemplifica a tendência crescente de interferência

privada nos setores públicos educacionais e de diminuição das fronteiras entre ambos.

A vinculação do PIBID à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é outra problemática que merece igual destaque entre as mudanças na proposta. Além de considerarmos discutíveis as ideias que norteiam a criação de um currículo centralizado, entendemos que esta articulação tem por objetivo padronizar, responsabilizar e controlar o trabalho docente, bem como induzir mudanças nos currículos dos cursos de licenciaturas que coadunam com uma perspectiva de formação docente cuja ênfase recai sobre a prática educativa. Ou seja, o PIBID 2018, possui em seu cerne uma concepção de currículo enquanto objeto salvacionista da educação nacional e confere essencialmente a postura e a formação do professor o sucesso das reformas educacionais. E mais, a proposta recupera uma concepção de formação docente pautada pela noção de competência a qual está atrelada aos interesses mercadológicos e que também coloca em lugares díspares professores (executores) e especialistas (planejam).

Finalmente, ressaltamos que os textos das políticas, entre eles o edital CAPES n.7/2018, refletem as disputas de diferentes grupos (comunidades acadêmicas, instituições, organizações públicas e privadas, organismos internacionais, etc.) em torno da questão da formação de professores. Sendo assim, é necessário reconhecer este processo complexo de articulação de diferentes atores autorizados tencionando e negociando sentidos no processo de legitimação e produção de políticas, as quais carregam significações do que vem a ser professor, escola e ensino, visões singulares de qualidade, currículo, integração, prática, etc., mas principalmente envolvem interesses, poder de influenciar e de definir as características que a política pública vai assumir no país.

Bibliografia:

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Manifesto Programa Residência Pedagógica: **Entidades se posicionam contrárias à padronização e controle impostos pelo Programa Residência Pedagógica! Não à BNCC!** Publicada em: 6 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <<http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 de mai. 2018

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital Nº 07/2018**. Brasília: aprovada em: de 27 de março de 2018. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/editais-e-selecoes>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CAPES. Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Apresenta informações gerais a respeito, características e legislação pertinente ao programa. Brasília: Fundação CAPES, 2008. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>>. Acesso em 27 abr. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma do estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo, Xamã, 2001.

TURA, Maria de Lourdes Rangel; LEITE, Carlinda (Orgs). **Questões de currículo e trabalho docente**. Rio de Janeiro, Quartet, 2010.

LOPES, Alice Casimiro. **Democracia nas políticas de currículo**. Cadernos de Pesquisa, v.42, n.147, p.700-715, set./dez.2012.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias Pós-críticas, Política e Currículo**. Revista Educação, Sociedade e Culturas, n.39, p.7-23, 2013.

LOPES, Alice Casimiro. **Por um currículo sem fundamentos**. Linhas Críticas-Revista da Faculdade de Educação- UnB, Brasília-DF, v.21, n.45, p.445-466. Mai./ago.2015

MACEDO, Elizabeth. **Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação**. Revista *E-Curriculum*, São Paulo, v.2, n.3, p.1530-1555, out./dez., 2014

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v.27, n.94, p.47-69, jan./abr.2006.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. Apresenta informações gerais a respeito deste grupo não governamental que atua na construção de uma base nacional comum curricular, Disponível em: <<http://www.movimentopelabase.org.br>>. Acesso em: 30 marc. 2018.

SOCZEK, D. **PIBID como Formação de Professores: reflexões e considerações preliminares**. Revista Formação Docente, v. 03, n. 05, 2011, p. 57-69. Disponível em <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em: 25 mai. 2018.